

# ESPECIAL SEGUROS

Operadores têm  
de garantir equilíbrio  
nos resultados  
técnicos | PII e III



ASF tem  
contribuído para  
a estabilidade  
do setor | PVI



## FUTURO DO SETOR SEGURADOR E AS OPORTUNIDADES CRIADAS NO ESPAÇO LUSÓFONO

Como serão os seguros do futuro? Qual o papel da indústria no estímulo à poupança? Quais os exemplos das melhores práticas? Que exemplos existem de complementos de poupança? Por onde estão a crescer e quais as oportunidades da indústria nos países de expressão portuguesa? As respostas foram dadas na XXI Conferência da ASEL promovida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões - ASF.



ENTREVISTA A JOSÉ ALMAÇA, Presidente da ASF

# “OPERADORES TÊM DE GARANTIR EQUILÍBRIO NOS RESULTADOS TÉCNICOS”

O presidente da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões afirma estar otimista quanto ao futuro do setor, espera um crescimento sustentado no ramo Não Vida e uma recuperação, ainda que modesta, da produção no ramo Vida. Refere que o nível historicamente baixo da poupança das famílias portuguesas é um fator de preocupação tanto na perspetiva da economia como no bem-estar das famílias. Acredita que o setor segurador e de fundos de pensões pode dar um contributo relevante na gestão da poupança de médio e longo prazo.

## Qual a sua perspetiva para o setor até final do ano?

Para o que resta de 2017, esperamos a continuidade do crescimento da produção do ramo Não Vida, beneficiando da retoma da atividade económica e do investimento. A sinistralidade deverá manter-se globalmente em níveis adequados, sem prejuízo, no entanto, da expectativa de agravamento no grupo de ramos de incêndio e outros danos, em reflexo da maior severidade deste risco

em 2017, e da progressividade das ações de correção das políticas de subscrição e de provisionamento na modalidade de acidentes de trabalho. Por sua vez, no ramo Vida, manter-se-ão os desafios resultantes do prolongamento da conjuntura de baixas taxas de juro, perspetivando-se um cenário de relativa estabilização da produção face às fortes quedas verificadas em anos passados. No entanto, é expeável que se verifique alguma recomposição da carteira, com um

aumento do peso dos produtos de seguros em que os riscos de investimento são assumidos pelos tomadores de seguros e beneficiários, o que se deve também à gestão dos requisitos de capital mais exigentes introduzidos pelo regime Solvência II.

No caso dos fundos de pensões perspetiva-se um cenário de estabilidade que, de um modo geral, vem sendo evidenciado. Em termos estruturais, o setor apresenta-se relativamente estagnado, sendo que a sua abran-

gência, ao nível do número de participantes e de empresas associadas, beneficiaria com a introdução de novos estímulos e de incentivos para o mercado.

**Durante o seu mandato os acidentes de trabalho merecem uma atenção especial. Em que estágio se encontra atualmente o processo de reequilíbrio dos resultados técnicos?**

A modalidade de acidentes de traba-

lho é, como se sabe, de elevada importância a nível social e económico, tendo sido bastante afetada pela crise financeira dos últimos anos, com a contração do emprego e da massa salarial. Nesse contexto de redução do mercado, as elevadas pressões concorrenciais materializaram-se na comercialização de produtos com prémios mais reduzidos face aos riscos efetivamente incorridos, o que, naturalmente, põe em causa o equilíbrio e a sustentabilidade do negócio.

fruto da maior atratividade comercial, mas também da maior capacidade negocial, se verificou corresponderem ao segmento onde se concentram práticas de subscrição mais desajustadas.

Atualmente, os indicadores apontam para uma melhoria nas práticas de tarifação, em paralelo com uma evolução muito favorável da produção, também potenciada pelo regresso da massa segurável a níveis anteriores. Não obstante, é ainda prematuro afirmar que os resultados técnicos da modalidade já se encontram reequilibrados. Esse continua a ser um desafio em aberto para as empresas, e um ponto de atenção muito especial para a ASF.

**O ramo Vida está a atravessar algumas dificuldades sobretudo devido ao atual ambiente de baixas taxas de juro. Em sua opinião qual será a evolução desta área?**

Tal como referido anteriormente, o atual ambiente de baixas taxas de juro, em conjunto com outros fatores, tem condicionado a atratividade das garantias financeiras oferecidas pelas empresas de seguros. Considerando que grande parte da produção do ramo Vida é relativa a seguros de natureza financeira, nomeadamente capitais diferidos e PPR, este panorama económico-financeiro resultou na contração significativa da produção em 2015 e 2016.

É de assinalar que a relativa estabilização observada em 2017 se fez por via do aumento do peso dos produtos unit-linked, tendo a produção dos seguros não ligados a fundos de investimento mantido uma trajetória descendente.

Embora uma estratégia de negócio que privilegie produtos unit-linked possa contribuir para aliviar as pressões que a conjuntura atual coloca sobre a gestão do capital e da solvência dos operadores, tem como desvantagem a transferência de um maior volume de riscos financeiros para os tomadores de seguros e beneficiários. Como tal, a sustentabilidade desta estratégia tem limitações, dada a preferência que os tomadores de seguros mais avessos ao risco manifestam por produtos com garantias de capital ou de rendibilidade, tradicionalmente disponibilizados pelas empresas de seguros.

A par de outras condicionantes externas que irão continuar a representar importantes desafios para a atividade seguradora, a evolução do ramo Vida dependerá em muito da capacidade dos operadores em antever e adaptar-se às mudanças, com particular destaque para a área da inovação tecnológica, sendo também crucial a aposta no reforço de uma oferta que vá ao encontro das expectativas e necessidades dos seus clientes.

**Portugal apresenta uma taxa de poupança historicamente baixa. Qual o papel que o setor**

**segurador e de fundos de pensões pode desempenhar nesta matéria?**

O nível historicamente baixo da poupança dos particulares é certamente um fator de preocupação, tanto na perspetiva da economia portuguesa, como do bem-estar dos indivíduos e das famílias, estando a ASF também muito atenta a este tema.

Acredito que o setor segurador e de fundos de pensões pode desempenhar um importante papel na recuperação sustentada da taxa de poupança, em especial no que respeita à poupança para a reforma, e a sua canalização para o investimento numa ótica de médio e longo prazo.

Em Portugal, dada a pressão que o envelhecimento da população está a colocar sobre o sistema público de pensões, é esperado que as taxas de substituição das pensões da Segurança Social venham a decrescer significativamente no futuro. Neste contexto, o setor segurador e dos fundos de pensões pode assumir um papel de relevo na formação e gestão de poupanças de âmbito profissional e pessoal numa ótica de longo prazo,



**O setor segurador e dos fundos de pensões pode desempenhar um importante papel na recuperação sustentada da taxa de poupança, em especial no que respeita à poupança para a reforma”.**

no contexto de uma estratégia nacional de maior diversificação pelos três pilares de proteção social.

**No segmento Vida, quais as expectativas relativas à evolução dos PPR?**

Em 2015 e 2016, a produção dos PPR sob a forma de seguros de vida registou quebras na ordem dos 22% e 9%, respetivamente, fruto das condicionantes da envolvente macroeconómica que afetaram o ramo Vida no geral. Já no primeiro semestre de 2017, observou-se, em termos homólogos, um acréscimo de 21,3%, representando 31,8% do total da produção do ramo Vida.

Esta recuperação pode, em parte, ser explicada pelos baixos níveis de remuneração de outros produtos de poupança, nomeadamente os depósitos a prazo. É de destacar também que, não obstante a redução da atratividade fiscal dos PPR, estes produtos continuam a beneficiar de algumas vantagens fiscais “à entrada”, ainda que sujeitas aos limites das deduções à coleta totais, e “à saída”, desde que verificadas as condições legais para o efeito.

Ao longo dos anos os PPR têm sido um veículo bastante popular de investimento e de aforro a médio e longo prazo e, num contexto em que é cada vez mais premente constituir complementos de reforma, seria importante que o seu papel neste âmbito fosse reforçado.

Neste domínio, é ainda de assinalar a proposta que a Comissão Europeia publicou recentemente sobre a criação de um produto de pensão individual padronizado a nível europeu, designado por “Pan-European Personal Pension Product” ou simplesmente “PEPP”.

A criação do PEPP é tida como uma nova oportunidade para o crescimento do mercado europeu de produtos de pensões individuais, tirando proveito da realização de mais ganhos de eficiência através de economias de escala, da diversificação dos

riscos e da inovação. Trata-se de um produto que visa contribuir para o desenvolvimento de regimes complementares mais seguros, mais eficientes em termos de custos e que facilitem ainda mais a mobilidade dos trabalhadores a nível europeu.

Atendendo a que os contornos desta proposta ainda não se encontram totalmente definidos, designadamente em matéria de benefícios fiscais, é para já prematuro tirar ilações sobre o impacto que o PEPP poderá vir a ter no mercado nacional. No entanto, tendo em conta o natural enquadramento deste produto no setor segurador e de fundos de pensões, esta proposta tem a potencialidade de criar oportunidades para o setor, em especial de acesso a novos segmentos de mercado.

**Que balanço faz da aplicação do Solvência II? Quais têm sido os aspetos críticos na perspetiva do supervisor?**

Deve, antes de mais, notar-se que a transição para o regime Solvência II foi contemporânea de um período relativamente conturbado a nível económico e financeiro, de instabilidade no sistema bancário, e ainda concomitante com mudanças na estrutura acionista de diversos operadores do setor segurador. Apesar disso, classificaria a transição como um sucesso, sem quaisquer disrupções. Naturalmente que ainda há um caminho a percorrer, onde salientaria, por exemplo, a necessidade de faseamento progressivo de um conjunto de medidas de transição amplamente utilizadas pelos operadores nacionais.

As empresas têm, neste momento, uma maior noção dos riscos a que estão expostas e da forma como estes se repercutem nas novas métricas de requisitos de capital. Tal é visível nas decisões estratégicas tomadas por alguns operadores de ajustamento das exposições aos riscos assumidos (de-risking) como forma primordial de assegurar o cumprimento dos rácios de solvabilidade, ao invés de injeções de fundos próprios.

Para além dos requisitos quantitativos, também outros aspetos do novo regime estão em fase de aprimoramento, como a adaptação dos sistemas de governação, onde aproveito para destacar a aplicação do princípio do gestor prudente na área dos investimentos, a atribuição de funções-chave a colaboradores com elevados níveis de qualificações e de idoneidade, a maior responsabilização do órgão de administração, e a implementação de exercícios regulares de autoavaliação dos riscos e da solvência (ORSA). Estes últimos constituem uma ferramenta de relevo para o aprofundamento do conhecimento, pelas empresas, sobre o seu perfil e apetite pelo risco e o refinamento da sua estratégia e dos processos de tomada de decisões mais sustentadas, conscientes dos riscos e dos recursos de capital envolvidos. ●



**110 ANOS DE SUPERVISÃO DE SEGUROS EM PORTUGAL**

Em 2017 assinala-se o 110.º aniversário da supervisão de seguros em Portugal, data da publicação do diploma que estabeleceu, pela primeira vez em Portugal, as condições gerais do exercício da atividade seguradora e criou o primeiro organismo de supervisão, então designado por Conselho de Seguros, ao qual foram atribuídas funções de coordenação e fiscalização do setor segurador nacional.

No quadro desta celebração, ASF desenvolveu uma exposição comemorativa desta efeméride, estruturada na sinalização dos principais marcos da atividade de supervisão de seguros em Portugal nestes 110 anos, e que pode ser visitada no edifício-sede da ASF, na Av. da República, n.º 76, em Lisboa.

Atenta a este panorama, a ASF empreendeu, junto das empresas a laborar nesta modalidade, um conjunto de ações de supervisão com vista à restituição do equilíbrio técnico. Mais concretamente, exigiu-se o reforço das políticas de tarifação e de subscrição, as quais devem assentar num princípio base de que as tarifas praticadas devem ser sãs, baseadas na experiência histórica de sinistralidade de cada operador e nos riscos específicos percecionados, bem como das políticas de provisionamento, assegurando o pleno reconhecimento das responsabilidades assumidas, passadas e futuras.

A fixação dos prémios deve assentar na estimação rigorosa e prudente dos encargos futuros, para a qual é fundamental a recolha contínua de dados sobre a sinistralidade passada e sobre os factores de risco específicos de cada empregador, que pode também passar por mecanismos adequados de partilha de informação entre os operadores.

O reporte em relação a esta atividade foi também dotado de maior nível de detalhe e requerido de forma mais frequente, com alguns indicadores a serem reportados mensalmente. Por exemplo, foi dedicada atenção especial aos contratos relativos aos empregadores de maior dimensão que,



## XXI CONFERÊNCIA DA ASEL

“A Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos representa uma forma mais estável e evoluída de cooperação, que permitiu superar o bilateralismo que dominava as relações entre estes países, criando pela primeira vez uma instituição comum aos supervisores de seguros lusófonos”, referiu o presidente da ASF, José Figueiredo Almacá, na intervenção de abertura da XXI Conferência desta associação, que se realizou em julho, em Lisboa.

Promovida pela ASF e integrada na 14.ª Assembleia Geral da ASEL, esta conferência reuniu, no salão nobre do hotel Ritz, cerca de duas centenas de gestores e quadros diretivos do setor segurador e de fundos de pensões nacional, tendo promovido o debate sobre o atual momento dos mercados de seguros e de fundos de pensões do

mundo lusófono e proporcionado o intercâmbio de informações e experiências sobre os principais desafios para o setor, nomeadamente a literacia financeira, a poupança e o impacto da inovação tecnológica nos modelos de negócio.

Segundo o presidente da autoridade de supervisão portuguesa, nunca é demais repetir que um dos valores primordiais a preservar na supervisão do setor segurador será sempre o reforço da confiança dos consumidores no funcionamento dos mercados financeiros e na conduta das entidades que nele operam.

O presidente da ASF salientou ainda que o avanço tecnológico e a análise de dados se encontram entre as principais tendências para o mercado segurador, sendo importante destacar que tal implicará certamente o surgimento de novos desafios. ●

## APENAS 4% DOS PORTUGUESES POUPA PARA A REFORMA

Os resultados do 2.º inquérito à literacia financeira dos portugueses, promovido pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, revela que cerca de 59% dos participantes afirma conseguir poupar, embora apenas 4% indentifiquem a poupança para a reforma como uma prioridade. No que diz respeito aos seguros, cerca de 73% dos participantes afirmam possuir pelo menos um seguro. Estes dados foram divulgados por Rui Fidalgo, secretário-geral da ASF e membro da comissão de coordenação do Plano Nacional de Formação Financeira.

Rui Fidalgo referiu que a equipa da ASF participa ativamente nos trabalhos do Plano Nacional de Formação Financeira desde 2011, e salientou que o principal objetivo deste projeto conjunto dos três supervisores financeiros é “contribuir para elevar o nível de conhecimentos financeiros da população e promover a adoção de comportamentos financeiros adequados, através de uma visão integrada de projetos de formação financeira e pela junção de esforços das partes interessadas, concorrendo para aumentar o bem-es-

tar da população e para a estabilidade do sistema financeiro”.

A formação dos consumidores é, segundo o Presidente da Associação Portuguesa de Seguradores, uma das prioridades dos trabalhos a desenvolver por esta associação. José Galamba de Oliveira, Presidente da APS, afirma que “um dos vetores estratégicos no plano de atividades da APS é a Literacia nos Seguros. Procuramos criar consumidores cada vez mais informados



# SUPERVISORES LUSÓFONOS

O número de seguros obrigatórios está a crescer nos países de expressão portuguesa e o setor é entendido como complementar a todo o sistema financeiro.



MÁRIO RIBEIRO  
ASF – Portugal

AGUINALDO JAIME  
ARSEG - Angola

PAULO DOS SANTOS  
SUSEP – Brasil

## PARTILHA DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS

“A origem da constituição da ASEL teve subjacente o entendimento geral, entre reguladores e supervisores da atividade seguradora e dos fundos de fundos de pensões nos países de língua oficial portuguesa, da necessidade de haver um fórum onde fosse possível proceder-se ao desenvolvimento da cooperação entre supervisores, expressando-se na intensificação da troca de experiências e ações de assistência técnica entre estas instituições.

É fundamental referir que a cooperação fortalece, sem exceção, todos os membros da ASEL e respetivos mercados salientando neste aspeto que a ASF, e em particular o seu presidente, tem feito uma importante aposta no reforço desta partilha de conhecimentos e experiências. Quando analisamos a evolução dos índices de penetração e de densidade de seguros no espaço lusófono, verifica-se um potencial de crescimento muito acentuado. Tal pode ser conseguido através do reforço de algumas modalidades de seguros obrigatórios bem como o crescimento de alguns segmentos de negócio (por exemplo, o ramo Vida).”

## RESISTIMOS A MAIS SEGUROS OBRIGATÓRIOS

“O choque externo decorrente da quebra do preço do crude no mercado internacional levou Estado, empresas e famílias a ajustarem as políticas e estratégias. O Estado avançou para a redução da despesa pública e a diversificação da economia. Em Angola a cultura do seguro não é ainda muito forte e muitos agentes (empresas e famílias) tendem a considerar o seguro como um custo que pode ser dispensado numa situação de crise. O país tem apenas três seguros obrigatórios e a ARSEG tem resistido à tentação de aumentar o número de seguros obrigatórios porque terá um efeito pró-cíclico. Estamos sim a reestruturar os seguros que existem. Por exemplo, o seguro petrolífero que foi até agora um seguro offshore com poucos efeitos multiplicadores na economia, está a ser alterado para beneficiar o sistema financeiro nacional. Aprovámos ainda a obrigatoriedade da contratação do seguro de importação de mercadorias em Angola e não no exterior.”

sobre as diferentes vertentes do seguro e da sua importância na sociedade. Nesse sentido temos em curso várias iniciativas das quais salientamos o projeto Seguros e Cidadania, ao abrigo do qual temos vindo a produzir uma coleção de livros de histórias e aventuras, para dar a conhecer aos jovens como a atividade seguradora está presente nos diversos momentos da nossa vida em sociedade.”

José Veiga Sarmiento, Presidente da Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP) deu destaque ao tema da poupança. “A poupança

## SUPERVISIONAR DIRETRIZES E NÃO DETALHES

“O mercado segurador brasileiro cresce historicamente há mais de 20 anos sempre acima do PIB e oscila dentro daquilo que é evolução da economia. Observámos ao longo dos últimos anos e como resposta à crise política e económica que o país experimenta, que o ramo que está a puxar o setor é o Vida, contrastando com anos anteriores em que o ramo mais forte foi o automóvel. As empresas dizem-nos estarem otimistas a médio prazo, e todas entendem a impossibilidade de crescer muito porque a população não possui uma grande cultura de seguros. O seguro automóvel continuará a ser aquele com mais potencial de crescimento junto da população. As grandes empresas do setor estão a pedir novos produtos e estes estão a ser discutidos e analisados. No Brasil cada produto novo depende da aprovação do regulador e um dos nossos grandes sonhos é reverter o processo para podermos avaliar as grandes diretrizes e não os detalhes dos produtos”.

nacional, ou melhor a ausência de poupança nacional, é um tema absolutamente prioritário. A lenta erosão das capacidades de proteção do sistema público de segurança social em resultado da evolução demográfica rumo a uma sociedade envelhecida e a inexistência de poupança complementar, deveria fazer soar todas as campainhas, públicas e privadas, para a procura urgente de soluções.” A urgência de instruir os consumidores ficou assinalada no final do seu discurso: “O nosso futuro é já hoje condicionado pelas nossas decisões, ou pior, pela ausência de decisões.” ●

# NOS CONFIAANTES NO FUTURO

sa. Esta é uma das conclusões da XXI conferência da ASEL que se realizou em Lisboa. Alguns deles ainda estão num nível embrionário. Alguns dos países estão a obrigar os operadores a substituírem seguros internacionais por contratos com seguradores internos.



**SUZY BRITO**  
BCV – Cabo Verde

## INCENTIVOS FISCAIS PARA O RAMO VIDA

“O mercado cabo-verdiano tem apenas duas seguradoras e o índice de penetração de seguros é baixo, não vai além dos 1,4%. Com a reanimação do mercado do crédito, voltámos a um nível de crescimento de 4%. Dois seguros obrigatórios dominam a carteira de prémios das seguradoras, o seguro obrigatório de acidentes de trabalho e o seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel. Temos espaço para aumentar o número de seguros obrigatórios e a indústria tem espaço para crescer, nomeadamente em áreas ligadas aos projetos. O ramo Vida, por seu lado, ocupa apenas 7% na carteira de prémios das seguradoras, mas poderá ser impulsionado por produtos ligados ao crédito e à poupança-reforma, bem como pela introdução de algumas medidas, algumas delas já tomadas, a nível de incentivos fiscais e atualização da legislação e regulamentação. Há um espaço enorme de crescimento”.

**EMANUEL BENITO COSTA**  
Guiné-Bissau

## IMPORTADORES FAZEM SEGUROS INTERNOS

“A Guiné Bissau em virtude da sua adesão a UEMOA e dado a sua posição geográfica, aderiu a Conferência Interafricana de Mercado de Seguros, vulgarmente denominado CIMA, desde 2002. Em consequência desse facto, todas as mercadorias importadas devem ser seguradas na Guiné-Bissau, sendo destino final dos produtos. Está em curso a sua execução embora timidamente, tendo em conta as vulnerabilidades com que o País se depara. Por outro lado, criou-se uma comissão técnica para analisar a eventual implementação de seguro para todas as obras públicas a realizar no País, exigindo-se às empresas vencedoras dos concursos, a obrigatoriedade de fazer o respetivo seguro na Guiné Bissau, contrariamente ao que vinha sendo praticado até aqui. Da mesma forma, está em curso o estudo sobre a criação do Fundo de Garantia Automóvel, cuja implementação irá sobremaneira ajudar-nos a suprir as diversas carências com que o País se tem confrontado em matéria de acidentes.”

**RUI TSEVETE**  
ISSM – Moçambique

## NACIONAIS VÃO ASSUMIR RISCOS NO CARVÃO E GÁS

“As empresas de seguros moçambicanas apenas exploravam os seguros tradicionais, com destaque para os acidentes de trabalho, mas têm vindo a ganhar capacitação para assumir outros riscos, nomeadamente os que decorrem da exploração dos recursos como o gás natural e o carvão. Aliás, o regime jurídico moçambicano proíbe expressamente a contratação de seguros no exterior para riscos verificados internamente. As medidas de natureza económica que foram tomadas pelo Banco de Moçambique, e as medidas de natureza política, como o diálogo político existente entre o Governo e a Renamo, sugerem que é possível que o setor segurador volte a atingir os níveis de crescimento anteriormente observados. No ano passado, a atividade voltou a crescer 13,6%.”

**NIMÉRSIO TRINDADE**  
BCSTP – S. Tomé e Príncipe

## “ACIDENTES DE TRABALHO” PASSA A OBRIGATÓRIO

“O nosso mercado segurador é ainda incipiente, com uma taxa de penetração inferior a 1% do PIB, mas o potencial de expansão da atividade seguradora no país é grande. Após um período em que o mercado não existia, foi reativado em 2001. Temos apenas duas seguradoras, com uma a dominar claramente o mercado, com cerca de 80% de quota. Seria melhor para a concorrência que entrassem mais seguradoras. Ultrapassada a difícil situação económica internacional, que também afeta S. Tomé, o setor segurador irá crescer. Vamos tornar o seguro de acidentes de trabalho obrigatório, o que irá equilibrar a carteira dos seguradores. O ramo Vida, que arrancou há menos de quatro anos, é condicionado pela expansão económica, já que está muito ligado ao crédito bancário, mas tem ganho peso na carteira dos seguradores.”

**RICARDO RIBEIRO**  
BCTL – Timor-Leste

## INVESTIMENTO PÚBLICO ALAVANCA SETOR SEGURADOR

“O país tem como grande recurso o petróleo, que é a fonte financeira que alimenta todos os setores de atividade. O setor segurador revela-se importante no complemento do sistema financeiro e apresenta grande potencial, mas apenas uma percentagem reduzida da população tem seguros. O país ainda não oferece o ramo Vida e essa é uma área relevante para a indústria. Sendo um país pequeno, a expansão do setor segurador vai depender do crescimento da economia e acredito no crescimento ao longo do próximo ano, depois de grandes investimentos públicos. A construção de dois aeroportos de nível internacional e a futura construção de um novo porto de mar, o segundo maior na região da Ásia, irá gerar potencial para o crescimento dos seguros”.

## TECNOLOGIA PROVOCA REVOLUÇÃO NO SEGURO AUTOMÓVEL

A transformação tecnológica nas próximas duas décadas vai ter um profundo impacto na indústria automóvel e nos seguros tal como hoje os conhecemos. Miguel Abecasis, da Boston Consulting Group, referiu que “nos próximos 20 anos vamos assistir a uma profunda transformação na mobilidade e na tecnologia dos carros que conduzirão a uma revolução na in-

dústria do seguro automóvel. Poderá ocorrer mais tarde ou mais cedo nos diferentes países, mas, sobretudo no mundo desenvolvido, a direção é inquestionável.”

Segundo o gestor da BCG, esta revolução traduzir-se-á numa redução enorme do mercado do seguro automóvel, fruto tanto da redução do parque por via da transformação da mobilidade como da

redução da sinistralidade por via da redução da intervenção humana na condução. A sua composição será também muito diferente, com os particulares a perderem peso para as empresas (car sharing, gestoras de frotas, etc.) e o surgimento de outro tipo de competidores como gigantes tecnológicos, fabricantes automóveis ou operadores de telecomunicações. ●



# UTILIZAR A INÉRCIA PARA AUMENTAR A POUPANÇA

Dentro dos três pilares que caracterizam os regimes de pensões em Portugal, o 1.º pilar, respeitante ao sistema público, é o que abrange o maior número de participantes, mais de 4,7 milhões, seguindo-se o 3.º pilar, de natureza complementar, que envolve as adesões individuais a fundos de pensões e os PPR nas suas várias modalidades. Por sua vez, o 2.º pilar, que integra os planos de pensões de âmbito profissional, encontra-se relativamente subdesenvolvido, abrangendo apenas 4% da população empregada.

A inércia natural dos indivíduos, que se consubstancia na tendência para a manutenção do status quo, é, dentro da esfera da economia comportamental, um dos fatores que condiciona a tomada de decisão relativamente à poupança para a reforma.

Na análise efetuada por Hugo Borginho e Jorge Carriço, ambos da ASF, e apresentada durante a XXI Conferência da ASEL, foi re-lançada a discussão sobre as medidas de incentivo à poupança, uma das quais relativa à inscrição auto-

mática em planos de pensões profissionais. “Face às preocupações com a sustentabilidade a longo prazo do regime público de pensões, assume grande importância a discussão sobre eventuais medidas de promoção do desenvolvimento de esquemas complementares de pensões, nomeadamente de iniciativa empresarial. A título de exemplo, neste âmbito, foram implementados em alguns países sistemas de inscrição automática em planos de pensões profissionais, assentes no aproveitamento da inércia natural dos indivíduos, que têm tido resultados ao nível do alargamento da população coberta por estes planos e de fomento de uma cultura de responsabilização individual na poupança para a reforma”, refere Hugo Borginho.

Na questão sobre como alargar a base de participantes no sistema complementar de pensões, os dois conferencistas defendem que se deve começar pela literacia financeira e pela sensibilização das pessoas para a constituição de complementos de reforma, sobretudo dado que o sistema público não vai



Jorge Carriço, ASF.

conseguir acompanhar as mesmas taxas de substituição do passado. Jorge Carriço salienta que “a taxa de poupança das famílias tem vindo a decrescer ao longo dos anos, precisamente quando seria necessário assistir-se ao contrário. Com efeito, se a poupança em geral é importante num contexto macroeconómico, enquanto fonte de



Hugo Borginho, ASF.

financiamento da economia, em termos de proteção para a reforma a poupança das famílias reveste uma importância acrescida. Perante a evidência irrefutável das alterações demográficas estruturais da população portuguesa, causadas nomeadamente pelo envelhecimento, a manutenção dos benefícios atuais concedidos pelos siste-

mas públicos de pensões conduziria a transferências crescentes e insustentáveis do Orçamento do Estado para o regime previdencial da Segurança Social. Parece portanto concluir-se que o fomento sustentável da poupança de longo prazo, devidamente orientada para a reforma, é uma via eficaz que importa aprofundar e valorizar.” ●

## SEGUNDO O MINISTRO DAS FINANÇAS

# “ASF TEM CONTRIBUÍDO PARA A ESTABILIDADE DO SETOR”



O Ministro das Finanças, na intervenção de encerramento da conferência, destacou o papel da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões na estabilização do setor, afirmando que “o setor segurador português tem demonstrado uma resiliência notável em anos recentes e a atividade da ASF tem contribuído para essa estabilidade”.

Para Mário Centeno, “o exercício das funções de regulação, supervisão, fiscalização e sanção, pela ASF, deverá continuar a basear-se numa atuação previsível, assente em regras claras, sem deixar de ser preventiva e interventiva, quando necessário”.

Mário Centeno destacou a importância que a comunidade dos países lusófonos pode desempenhar para a dispersão e diversifica-

ção geográfica das carteiras de investimento das empresas de seguros e fundos de pensões, no sentido de mitigar o seu risco global, e sublinhou também as oportunidades existentes na internacionalização e na abertura das empresas de seguros e de fundos de pensões a novos mercados, seja diretamente, seja em parceria com empresas locais, numa desejável maior integração dos mercados lusófonos.

Referindo-se à literacia financeira, aquele governante considera que é absolutamente essencial e determinante que os clientes tenham a capacidade de compreender os benefícios e os riscos associados aos produtos que adquirem, por forma a tomarem decisões adequadas às suas condições e necessidades individuais.

“

É essencial que os clientes compreendam os benefícios e riscos dos produtos”

“O setor segurador é, atualmente, um setor fortemente regulado. Contudo, as exigências regulatórias que se impõem a este setor continuam a aumentar: o pacote de Solvência II foi um momento marcante continuado na Diretiva relativa à distribuição de produtos de seguros ou o Regulamento relativo às informações-chave sobre pacotes de produtos de investimento de retalho e de produtos de investimento com base em seguros”, referiu.

Mário Centeno informou que o Governo tem em preparação diversos diplomas sobre matérias de conduta de mercado e de proteção dos consumidores, seguindo o desenvolvimento destas matérias pela legislação europeia, e que deverão estar concluídos entre o final deste ano e o início do próximo. ●

# OS SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES NO MUNDO LUSÓFONO

Breve apresentação das entidades de supervisão de seguros que integram a Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos (ASEL), responsáveis pela supervisão e regulação do setor segurador e de fundos de pensões nos países e territórios lusófonos.

## ESTATÍSTICAS

	Angola	Brasil	Cabo Verde	Macau	Moçambique	Portugal	S.Tomé e Príncipe	Timor-Leste
Empresas de seguros	18	140	2	22	18	79	2	2
Entidades gestoras de fundos de pensões	9	--	--	9	6	22	--	--
Índice de penetração de seguros (prémios/PIB)	0,89	3,29	1,39	3,89	1,58	7,10	0,70	0,10
Prémios de Seguro Direto (milhares USD)	828.024	59.177.737	21.754	1.760.867	244.800	13.184.777	2.269	2.302

## ANGOLA



A Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros (ARSEG) é a autoridade angolana

responsável pela regulação e supervisão da atividade seguradora, resseguradora, de fundos de pensões e mediação de seguros e resseguros, encontrando-se sob a superintendência do Presidente da República e a tutela do Ministro das Finanças.

A ARSEG tem por missão definir as regras para o bom funcionamento do setor segurador e de fundos de pensões em Angola, a fim de prevenir a ocorrência de riscos sistémicos e a garantia de proteção dos agentes de mercado e clientes. Esta missão é assegurada em conformidade com a política económica e financeira nacional, visando o desenvolvimento equilibrado e eficiente do mercado.

## CABO VERDE



O Banco de Cabo Verde (BCV) é a autoridade responsável pela supervisão do

setor segurador em Cabo Verde. Ao Banco de Cabo Verde, enquanto supervisor dos mercados financeiros, está-lhe atribuído exercer a supervisão da atividade seguradora, mediação de seguros e de fundos de pensões. Compete ao BCV promover o nível de solvência adequado ao setor segurador e de fundos de pensões, assente na estabilidade do mercado.

## MOÇAMBIQUE



O Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique (ISSM) é a autoridade

moçambicana responsável pela supervisão do setor segurador, de mediação de seguros e de gestão de fundos de pensões complementares. O ISSM dispõe de competências de supervisão da atividade seguradora, mediação de seguros e gestão de fundos de pensões complementares bem como contraordenacionais das instituições sob a sua supervisão, estando-lhe, também, atribuídas funções de supervisão subsidiária da execução da política de investimento da segurança social obrigatória gerida pelo Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) e dos fundos de pensões dos trabalhadores do Banco de Moçambique.

## S. TOMÉ E PRÍNCIPE



O Banco Central de S. Tomé e Príncipe (BCSTP) é a entidade responsável pela

supervisão do setor segurador nacional. É uma pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio. Enquanto responsável pela supervisão do setor segurador nacional, o BCSTP tem por missão orientar, acompanhar e fiscalizar o funcionamento das empresas de seguros, com vista a promover a solidez e eficiência do mercado segurador e a manutenção da confiança e a concorrência em prol da defesa dos interesses dos intervenientes.

## BRASIL



A Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) é o órgão responsável pela

supervisão dos mercados de seguros, previdência privada aberta, capitalização e resseguro, no Brasil. A SUSEP tem como atribuições i) promover a estabilidade dos mercados sob sua jurisdição, assegurando a expansão e o funcionamento das entidades que neles operam, ii) atuar no sentido de proteger a captação de poupança popular efetuada através das operações de seguro, previdência privada aberta, de capitalização e resseguro e iii) zelar pela defesa dos interesses dos consumidores dos mercados supervisionados.

## MACAU



A Autoridade Monetária de Macau (AMCM) é a entidade de supervisão do setor segurador e de

fundos de pensões no território de Macau. A AMCM tem por missão garantir um crescimento robusto do setor financeiro, assegurando a defesa dos interesses dos agentes envolvidos através de uma regulamentação legal apropriada, bem como de um enquadramento institucional conveniente e de práticas de supervisão baseadas em padrões internacionais.

## PORTUGAL



A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) é a autoridade

portuguesa responsável pela regulação e supervisão, prudencial e comportamental, da atividade seguradora, resseguradora, dos fundos de pensões e respetivas entidades gestoras e da mediação de seguros. A ASF tem por missão assegurar o regular funcionamento do mercado segurador e dos fundos de fundos de pensões, com vista ao objetivo principal de proteção dos tomadores de seguros, segurados, subscritores, participantes, beneficiários e lesados. Esta missão é assegurada através da promoção da estabilidade e solidez financeira das entidades sob a sua supervisão, bem como da garantia da manutenção de elevados padrões de conduta por parte das mesmas.

## TIMOR-LESTE



O Banco Central de Timor-Leste (BCTL) é a entidade responsável pelo licenciamento e

fiscalização das companhias de seguros. O BCTL dispõe de competências de autorização e supervisão do setor segurador nacional, tendo como missão a preservação da estabilidade dos preços e fomentar o desenvolvimento económico do país.

ENTREVISTA RUI FIDALGO, Secretário-geral da ASF

# LITERACIA FINANCEIRA ESTÁ NA PRIMEIRA LINHA DE DEFESA DOS CONSUMIDORES

Os conhecimentos financeiros estão a primeira grande linha de defesa dos consumidores e um importante complemento da supervisão, defende Rui Fidalgo, representante da ASF na comissão de coordenação do Plano Nacional de Formação Financeira, um projeto conjunto dos três supervisores financeiros.

## Porque é que a ASF assumiu a educação financeira como um projeto estratégico?

A educação financeira é uma temática há muito considerada prioritária em diversos países, sendo generalizada a opinião de que a mesma é um importante complemento da supervisão do sistema financeiro.

Os conhecimentos financeiros estão na primeira grande linha de defesa dos consumidores. Consumidores informados estão mais habilitados à tomada de decisões adequadas às suas necessidades e serão, à partida, cidadãos e clientes mais exigentes.

Ainda que a decisão de criar uma estratégia nacional de educação financeira não esteja diretamente relacionada com a crise económica que temos vivido nos últimos anos, é indelével que a crise expôs vulnerabilidades no mercado financeiro e evidenciou a importância de reforçar os conhecimentos financeiros dos consumidores.

Para além disso, vários estudos internacionais apontam para uma relação direta entre o nível de conhecimentos financeiros dos indivíduos e a sua capacidade de gerar rendimento.

## E porquê a decisão de os três supervisores avançarem com um projeto conjunto?

Quando se avançou para um projeto comum os três supervisores tinham já muito trabalho desenvolvido no apoio e informação ao consumidor de produtos financeiros. Mas a crescente complexidade destes produtos e a diversidade de canais de distribuição tornava cada vez mais evidente a necessidade de unir esforços nesta matéria.

Em Portugal já existiam várias entidades do sector público e privado a desenvolverem projetos na área da formação financeira. Eram, no entanto, iniciativas dispersas e não coordenadas que não permitiam, a nosso ver, uma abrangência global em termos dos temas e públicos-alvo.

Uma estratégia conjunta permite definir princípios gerais de orien-



ASF inaugurou uma exposição que retrata as várias etapas do projeto de educação financeira.

tação para a promoção da educação financeira a nível nacional, tornando as iniciativas desenvolvidas mais eficientes.

## O trabalho da ASF nesta matéria é desenvolvido exclusivamente no âmbito do Plano Nacional de Formação Financeira?



RUI FIDALGO  
Secretário-geral da ASF

Apesar de totalmente comprometida com os trabalhos do Plano Nacional de Formação Financeira, a ASF desenvolve projetos nesta área que gere de forma autónoma. São projetos que, pela sua especificidade, faz mais sentido levar a cabo de forma setorial.

Temos, por exemplo, um programa anual de trabalho com escolas que lecionam os cursos técnico profissionais na área seguradora, no quadro do qual recebemos os alunos nas nossas instalações e lhes proporcionamos uma experiência diferente, que incluiu uma parte mais académica, para ficarem a conhecer a Autoridade de Supervisão, mas também uma parte mais lúdica, participando num concurso de conhecimentos. Temos ainda parcerias com algumas universidades e, sobretudo, professores que lecionam cadeiras relacionadas com a área de seguros e de fundos de pensões. Colaboramos também com o projeto Ciência Viva na formação de professores, entre outras atividades.

Do ponto de vista internacional, acompanhamos estas matérias através da International Network on Financial Education (INFE), da qual a ASF é membro efetivo. A INFE é uma organização criada pela OECD para promover princí-

pios e boas práticas de formação financeira. Integra representantes de entidades reguladoras, bancos centrais, ministérios das finanças e agências de educação financeira de países membros e não membros da OECD. Funciona também como plataforma para recolha de dados sobre literacia financeira, elaboração de relatórios analíticos e comparativos e desenvolvimento de investigação e instrumentos de política na área da formação financeira.

## É possível fazer uma antevisão do futuro da educação financeira em Portugal?

Quando os supervisores avançaram para a criação do Plano Nacional de Formação Financeira tínhamos dois objetivos principais. O primeiro era colocar este tema na agenda do país. O segundo era desenvolver iniciativas que permitissem intervir junto de públicos-alvo específicos. O primeiro e mais importante público-alvo nesta fase foram as escolas. E aqui foi fundamental a parceria que estabelecemos com o Ministério da Educação e que conduziu à definição de um Referencial de Educação Financeira para as escolas, a um programa de formação de professores e ainda à promoção de eventos es-

## FORMAÇÃO FINANCEIRA

O Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF ou Plano) visa contribuir para elevar o nível de conhecimentos financeiros da população e promover a adoção de comportamentos financeiros adequados, através de uma visão integrada de projetos de formação financeira e pela junção de esforços das partes interessadas, concorrendo para aumentar o bem-estar da população e para a estabilidade do sistema financeiro.

pecialmente direcionados para este público como o Concurso Todos Contam e o Dia da Formação Financeira.

Em 2016, decorridos 5 anos desde a definição da estratégia inicial, foram apresentadas as novas linhas de orientação para o período 2016/2020. Apesar da implementação da educação financeira no ambiente escolar continuar a ser uma prioridade, os objetivos definidos para os próximos anos identificam novos públicos-alvo com os quais já nos encontramos a desenvolver um trabalho muito relevante. É o caso da parceria firmada com o IAPMEI para a formação financeira das micro, pequenas e médias empresas, da qual já resultou um Referencial de Formação Financeira e um programa de formação de formadores.

Destaco também o protocolo celebrado com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte que visa promover a formação financeira da população da Região do Norte e o projeto de Formação Financeira do Jogador de Futebol, desenvolvido em parceria com o Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol. Em resumo, já temos algum trabalho feito, mas muito mais há por fazer. ●